

Aprovado
Leandro



Nova
Câmbios

RELATÓRIO & CONTAS

2025

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2025

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A., com sede na Calçada do Carmo, n.º 6 – 1º Direito, em Lisboa, Portugal, com o capital social de Euros 2.040.012,00, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 502768711, apresenta o Relatório & Contas referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2025.

Relatório & Contas de 2025

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Contexto Económico	4
3.	Recursos Humanos e Balcões	8
4.	Sistemas de Informação	9
5.	Sistemas de Controlo Interno	11
6.	Atividade, Resultados e Situação Financeira	16
7.	Proposta de Aplicação dos Resultados	18
8.	Perspectivas	18
9.	Reconhecimento	19

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

	Balanço	21
	Demonstração de Resultados	22
	Demonstração dos Fluxos de Caixa ..	23
	Demonstração de Alteração do Capital Próprio	24
	Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	25

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2025-2028.

Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Estrela Pereira – Secretária

Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – Vogal com funções executivas

Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo – Vogal com funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Miguel Nolasco Palma (ROC) –
Revisor Oficial de Contas

Jorge Filipe Demérito Ricardo – ROC Suplente



2. Contexto Económico

O ano de 2025 ficou marcado por uma recuperação económica gradual a nível global, ainda condicionada por fatores de incerteza geopolítica, pelo ajustamento das políticas monetárias e pelo elevado nível de endividamento em diversas economias. A economia europeia manteve um crescimento moderado, refletindo os efeitos da política monetária restritiva adotada nos anos anteriores para controlo da inflação.

Em Portugal, a economia registou um crescimento de cerca de 1,9% em 2025, ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior, mas ainda acima da média da zona euro. A taxa de inflação apresentou



uma evolução mais controlada, situando-se próxima de 2%, refletindo a estabilização dos preços da energia e a moderação das pressões inflacionistas. Apesar deste contexto mais estável, o custo da habitação continuou a representar um desafio relevante para as famílias, mantendo-se níveis de preços elevados e condições de acesso ao crédito ainda relativamente exigentes.

No plano político, o país continuou a atravessar um período de ajustamento institucional após o ciclo eleitoral de 2024, com o novo Governo a centrar a sua atuação na execução de reformas estruturais, na gestão dos fundos europeus e na promoção da estabilidade económica e financeira.

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia global registou um crescimento em torno de 3,2% em 2025, refletindo uma recuperação moderada face aos anos anteriores. Entre as economias avançadas, os Estados Unidos mantiveram um desempenho relativamente robusto, sustentado pelo dinamismo do consumo e do investimento tecnológico, bem como pela resiliência do mercado de trabalho. Contudo, o enquadramento internacional continuou a ser influenciado por tensões geopolíticas, nomeadamente pela continuidade da guerra na Ucrânia e pela instabilidade no Médio

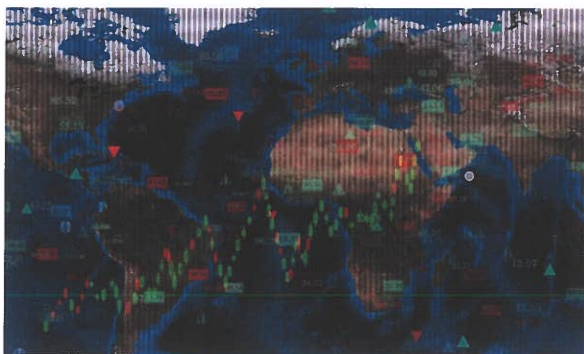
Oriente, fatores que mantiveram níveis elevados de incerteza nos mercados energéticos e financeiros.

A zona euro apresentou uma expansão mais moderada, situando-se em cerca de 1,4%, condicionada pela desaceleração industrial em algumas das suas principais economias, nomeadamente a Alemanha e a França, bem como por níveis de investimento ainda influenciados pelas condições financeiras restritivas.

No grupo das economias emergentes, a China e a Índia continuaram a assumir um papel relevante no crescimento global. A China manteve uma expansão económica significativa, ainda que a um ritmo mais moderado, refletindo desafios estruturais associados ao setor imobiliário e ao consumo interno. Por sua vez, a Índia continuou a destacar-se como uma das economias com maior dinamismo, sustentada pelo crescimento do investimento e da procura interna.

Em Angola, a economia registou igualmente uma evolução moderada, com um crescimento estimado em cerca de 2,1% em 2025, num contexto marcado por desafios associados à evolução da produção petrolífera e à necessidade de reforço da diversificação económica.

O setor do turismo em Portugal manteve-se particularmente dinâmico ao longo de 2025, com crescimento do número de visitantes provenientes de mercados tradicionais como o Reino Unido, bem como de países de língua portuguesa, nomeadamente Brasil e Angola. Este dinamismo contribuiu para o aumento da atividade económica associada ao turismo, incluindo serviços financeiros e operações de câmbio, gerando perspetivas positivas para o setor.



Paralelamente, os mercados internacionais continuaram a registar uma valorização significativa de metais preciosos, em particular ouro e prata, tradicionalmente considerados ativos de refúgio em períodos de instabilidade económica e geopolítica. A

procura por estes ativos foi impulsionada pela volatilidade dos mercados financeiros, pelas incertezas associadas ao contexto geopolítico internacional e pela necessidade de diversificação de portefólios por parte de investidores institucionais e particulares.

Neste contexto, o ouro manteve uma trajetória de valorização ao longo do ano, impulsionado pela procura global e pelo reforço das reservas de vários bancos centrais. A prata, embora mais sensível à evolução da atividade industrial, beneficiou igualmente do aumento da procura em setores tecnológicos e industriais, bem como do interesse crescente por metais preciosos enquanto instrumentos de proteção patrimonial.



Ao longo de 2025 verificaram-se igualmente algumas oscilações relevantes nos mercados cambiais internacionais. O dólar norte-americano registou uma tendência de ligeira desvalorização face ao euro, refletindo expectativas de ajustamento das políticas monetárias nos Estados Unidos e na zona euro, bem como a evolução dos fluxos de investimento internacionais. Esta dinâmica contribuiu para alguma volatilidade nos mercados cambiais, com impacto nas operações de câmbio e nas estratégias de cobertura cambial adotadas por diversos operadores económicos.

Os desafios associados à cibersegurança tornaram-se igualmente mais evidentes ao longo de 2025, acompanhando o aumento da digitalização das atividades financeiras e a crescente sofisticação dos ataques informáticos dirigidos a instituições financeiras e infraestruturas críticas. Neste contexto, governos e organizações reforçaram os investimentos na proteção digital, na segurança da informação e na resiliência operacional das suas infraestruturas tecnológicas.

O endividamento global continuou também a constituir uma preocupação relevante, com diversos países a enfrentar desafios na gestão das suas dívidas soberanas. Apesar da tendência gradual de redução das taxas de juro por parte dos principais bancos centrais, os níveis de dívida mantiveram-se elevados em várias economias, exigindo uma gestão prudente das políticas fiscais e financeiras.



Para 2026, as previsões apontam para a continuação de um crescimento económico moderado. Estima-se que a economia global cresça cerca de 3,2%, enquanto Portugal poderá registar uma expansão do Produto Interno Bruto próxima de 2,0%. A inflação deverá manter-se relativamente controlada, situando-se em torno de 2,1%, e a taxa de desemprego deverá permanecer próxima de 6,4%, refletindo a estabilidade do mercado de trabalho e a recuperação gradual da atividade económica.

Neste enquadramento, espera-se que setores como o turismo, os serviços financeiros, as operações cambiais e o comércio de metais preciosos continuem a apresentar oportunidades de crescimento, acompanhando a evolução da mobilidade internacional, a dinâmica dos mercados financeiros e o interesse crescente por ativos considerados de proteção em contextos de incerteza económica.

3. Recursos Humanos e Balcões

• Recursos Humanos

No início do ano de 2025, a NovaCâmbios tinha um total de 120 colaboradores, sendo 46 homens e 74 mulheres. A média de idades era de 36 anos, refletindo uma força de trabalho diversificada. Ao longo do ano, a empresa passou por mudanças significativas na sua estrutura de pessoal. No final do ano, o quadro de colaboradores foi reduzido para 107, composto por 43 homens e 64 mulheres. Essa alteração resultou em uma

Género	N.º de Colaboradores	
	2025	2024
Homens	43	46
Mulheres	64	74
Total de Colaboradores	107	120
Média de Colaboradores	114	127
Média de Idades	37	36

média de idade de 37 anos, indicando um ligeiro aumento na idade média dos colaboradores. A NovaCâmbios reafirma o seu compromisso com a diversidade de género na sua equipa.

• Balcões

A Novacâmbios reduziu a sua rede de balcões em 2025, tendo iniciado o ano com 24 e terminado com 23. Esta variação resultou do encerramento da agência de Portimão no final do ano, em dezembro, no âmbito de uma estratégia de otimização da rede e de redução de custos operacionais.

Localização por Distrito e Região Autónoma	N.º de Balcões	
	2025	2024
Açores	2	2
Aveiro	1	1
Braga	1	1
Coimbra	1	1
Faro	3	4
Lisboa	10	10
Porto	4	4
Viseu	1	1
Total de Balcões	23	24

4. Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) da NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, S.A. manteve, ao longo de 2025, um forte compromisso com a modernização tecnológica, a robustez operacional e a excelência no serviço prestado aos clientes.

Num contexto marcado por exigências regulatórias crescentes e por uma acelerada transformação digital no setor financeiro, o DSI orientou a sua atuação para a melhoria contínua da eficiência operacional, da segurança da informação e da qualidade da experiência do cliente. As iniciativas desenvolvidas tiveram como prioridade assegurar a disponibilidade, fiabilidade e desempenho dos sistemas críticos de suporte à atividade, garantindo um serviço seguro, célere e alinhado com as expectativas dos clientes e parceiros.

Foco no Cliente e Continuidade do Serviço

A evolução e manutenção das infraestruturas tecnológicas existentes foram conduzidas com especial enfoque na continuidade do negócio e na mitigação de riscos operacionais, assegurando elevados níveis de disponibilidade e reduzindo potenciais impactos na experiência do cliente.

Foram igualmente reforçados os mecanismos de monitorização, prevenção e resposta a incidentes, promovendo uma maior capacidade de deteção precoce e resolução célere de ocorrências, contribuindo para a confiança dos clientes nos serviços prestados pela NovaCâmbios.

Enquadramento Regulatório e Resiliência Operacional

O ano de 2025 foi particularmente relevante no plano regulatório, destacando-se o papel central do DSI na implementação do **Regulamento Europeu de Resiliência Operacional Digital (DORA)**.



O DSI integrou uma equipa multidisciplinar, em estreita articulação com o Responsável de Gestão de Riscos e com o Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN), assegurando uma abordagem estruturada e transversal à organização. Esta colaboração permitiu:

- Reforçar o quadro de governação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- Consolidar os processos de gestão de risco tecnológico;
- Aperfeiçoar os planos de continuidade de negócio e de recuperação de desastre;
- Avaliar e reforçar o controlo sobre terceiros prestadores de serviços críticos de TIC.

A implementação do DORA foi conduzida de acordo com as melhores práticas do setor, promovendo uma cultura de resiliência digital e assegurando o alinhamento com as exigências das autoridades de supervisão.

Compromisso com a Conformidade e Sustentabilidade Tecnológica

O DSI manteve uma atuação proativa no acompanhamento da evolução legislativa e regulamentar aplicável às instituições de pagamento, assegurando que os sistemas de informação permanecem conformes com os requisitos legais e regulamentares em vigor.

Este compromisso reforça a solidez operacional da NovaCâmbios e contribui para a proteção dos interesses dos clientes, acionistas e demais partes interessadas, consolidando a confiança na Instituição enquanto entidade segura, resiliente e orientada para o futuro.

5. Sistema de Controlo Interno

A NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, S.A. tem vindo a consolidar uma cultura organizacional assente em princípios fundamentais como o rigor, a transparência, a ética, o sigilo e a integridade profissional. A difusão destes valores por toda a organização, expressos no Código de Conduta da Instituição, constitui um elemento essencial para garantir que a atividade seja exercida em estrito cumprimento da legislação, regulamentação e orientações aplicáveis, bem como das normas internas estabelecidas.

Neste enquadramento, a atuação da Instituição encontra-se alinhada com o quadro regulamentar aplicável ao setor financeiro, destacando-se, entre outros, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, bem como o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e os respetivos normativos complementares. Desta forma, assegura-se que todos os Colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio conhecem e cumprem integralmente os princípios e obrigações que regem a atividade da Instituição.

A NovaCâmbios tem pautado a sua atuação por elevados padrões de rigor, responsabilidade e profissionalismo, desenvolvendo a sua atividade de forma prudente e sustentada, em estrita observância das melhores práticas de governação e de controlo interno aplicáveis ao setor financeiro. Ao longo do seu percurso, a Instituição tem vindo a afirmar-se como um operador sólido e credível no mercado nacional, consolidando relações de confiança com clientes, parceiros e entidades supervisoras.

A adoção de uma postura pautada pelo rigor, pela seriedade e pelas boas práticas, aliada a uma política de tolerância zero face a qualquer ato ou prática irregular ou ilícita, contribui para o reforço da solidez da cultura organizacional da NovaCâmbios. Esta exigência estende-se a todos os que interagem com a Instituição, incluindo Colaboradores, membros do Conselho de Administração, responsáveis de departamentos, clientes, fornecedores e parceiros de negócio.

Paralelamente, a implementação e manutenção de um Sistema de Controlo Interno robusto e eficaz, plenamente alinhado com as obrigações legais e regulamentares impostas pelas entidades supervisoras, tem permitido à Instituição reforçar continuamente os seus mecanismos de governação, garantindo a adequada gestão dos riscos inerentes à sua atividade e contribuindo para a sustentabilidade e estabilidade da organização.

- **Funções do Controlo Interno**

Atendendo ao incremento das exigências e demais legislação, nacional e internacional, aplicáveis ao setor financeiro, a criação e manutenção de áreas de Controlo Interno eficazes e devidamente estruturadas assume um papel fundamental na gestão prudente das instituições financeiras.



Neste contexto, a NovaCâmbios organiza o seu Sistema de Controlo Interno em torno das funções de Gestão de Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, as quais desempenham um papel determinante na monitorização da atividade da Instituição e

na mitigação dos riscos associados às suas operações.

Estas funções têm como responsabilidade assegurar o cumprimento, por parte da Instituição, dos seus Colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio, de todas as obrigações legais, regulamentares e normativas aplicáveis, contribuindo para a prevenção de riscos operacionais, reputacionais e financeiros.

O modelo de governação adotado pela NovaCâmbios encontra-se estruturado de acordo com o modelo das três linhas de defesa, amplamente reconhecido como uma boa prática de gestão e controlo de riscos.

Neste modelo, a primeira linha de defesa corresponde às unidades operacionais e de negócio, responsáveis pela gestão direta dos riscos associados às suas atividades e pela implementação dos controlos definidos.

A segunda linha de defesa integra as funções de Gestão de Riscos e Conformidade, responsáveis pela monitorização e supervisão dos mecanismos de controlo implementados, bem como pelo acompanhamento da evolução dos riscos identificados.

Por sua vez, a terceira linha de defesa, assegurada pela função de Auditoria Interna, tem como missão avaliar de forma independente a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno e dos processos de gestão de riscos existentes na Instituição.

- **Função de Gestão de Riscos**

Em estreita articulação com o Conselho de Administração e com os diferentes departamentos da Instituição, a função de Gestão de Riscos tem a responsabilidade de identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos, internos e externos, que possam afetar a atividade da NovaCâmbios.

O seu objetivo consiste em assegurar que os riscos identificados se mantêm dentro dos níveis de tolerância previamente definidos pelo Conselho de Administração, prevenindo a ocorrência de eventos suscetíveis de gerar impactos significativos na situação financeira ou reputacional da Instituição.

Para esse efeito, foi implementado um Sistema de Gestão de Riscos que permite identificar, avaliar, classificar, monitorizar e controlar os principais riscos associados à atividade da Instituição, assegurando uma abordagem estruturada e consistente na gestão das diferentes categorias de risco.



Foram igualmente elaborados relatórios regulares sobre a gestão de riscos da Instituição, em conformidade com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as previstas no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal.

No âmbito do reforço da resiliência operacional digital, a função de Gestão de Riscos participa ainda no acompanhamento da implementação dos requisitos decorrentes do

Regulamento (UE) 2022/2554 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro (DORA), em articulação com as áreas de Sistemas de Informação e Conformidade.

- **Função de Conformidade**

A função de Conformidade da NovaCâmbios tem como responsabilidade assegurar a adequação e o cumprimento das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas aplicáveis à Instituição e aos seus Colaboradores.



No exercício das suas competências, esta função procede à monitorização contínua das atividades desenvolvidas pela Instituição, prestando igualmente orientações e esclarecimentos às diferentes áreas relativamente às

obrigações legais e regulamentares aplicáveis.

No âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a função de Conformidade tem vindo a assegurar a definição, atualização e implementação do normativo interno aplicável, em conformidade com a legislação em vigor, designadamente a Lei n.º 83/2017.

Paralelamente, procede à monitorização contínua das operações realizadas pela Instituição, incluindo a análise de operações que apresentem um grau de risco mais elevado, bem como a realização de procedimentos de diligência associados à análise de novos serviços, produtos ou parcerias de negócio.

A função de Conformidade assegura ainda o cumprimento das obrigações de reporte e de colaboração com as autoridades competentes, designadamente com o Banco de Portugal, enquanto entidade supervisora.

Enquanto parte integrante da segunda linha de defesa da Instituição, a função de Conformidade mantém uma articulação permanente com a função de Gestão de Riscos, assegurando a partilha de informação relevante para a adequada identificação e mitigação de riscos.

- **Função de Auditoria Interna**

A função de Auditoria Interna constitui um elemento fundamental do Sistema de Controlo Interno da NovaCâmbios, desempenhando um papel essencial no reforço da eficácia dos mecanismos de controlo e de governação implementados na Instituição.

Enquanto componente da terceira linha de defesa, esta função tem como missão avaliar, de forma independente e objetiva, a adequação e eficácia dos processos de controlo interno, gestão de riscos e governação existentes na organização.

Neste contexto, a Auditoria Interna procedeu à realização de auditorias às diferentes áreas e unidades da Instituição, incluindo departamentos e agências, com o objetivo de avaliar a conformidade dos procedimentos adotados com a legislação aplicável, bem como com as normas e políticas internas definidas.



Após cada ação de auditoria são elaborados relatórios detalhados contendo as principais conclusões e recomendações, os quais são submetidos ao Conselho de Administração e ao Fiscal Único. Estes relatórios permitem identificar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controlo e para o reforço da governação da Instituição.

6. Atividade, Resultados e Situação Financeira

O abrandamento económico e a inflação durante 2025, impactaram negativamente a performance financeira da Novacâmbios.

• Câmbios

Os resultados cambiais tiveram uma redução de 6% face ao ano anterior, que corresponde a uma diminuição de 239 mil euros.

• Transferências

As transferências de dinheiro tiveram um aumento de 32 mil euros, (+4%) relativamente ao ano de 2024.

• Comissões (EuroNet, Compra/Venda de Moeda e Ouro)

Os ganhos com as comissões das operações no ATM/Euronet tiveram uma diminuição de 16%, de 32 mil euros, comparativamente ao ano de 2024, por sua vez as comissões na Compra e Venda de moeda atingiram um valor de 114 mil euros, um aumento significativo de 59 mil euros face ao período anterior, e as operações com o Ouro (Compra) atingiram os 52 mil euros, um aumento de 86% em relação ao ano de 2024.

• Resultados e Situação Financeira

Os resultados obtidos em 2025 refletem a combinação do seguinte:

- Redução dos Custos com Pessoal em 214 mil euros (-7%);
- Alienação de Outros Activos, obtendo uma mais valia de 393 mil euros;
- O Produto Bancário evidencia uma descida de 79 mil euros, relativamente ao ano de 2024.

Principais Rúbricas (m€)	2025	2024	Var (m€)	Var (%)
Margem Financeira	(73)	(67)	(7)	10%
Produto Bancário	4 780	4 859	(79)	-2%
Gastos Operacionais	(4 627)	(4 810)	183	-4%
Resultado Operacional	153	49	104	213%
Impostos	(43)	(31)	(12)	39%
Resultado Líquido do Exercício	110	18	92	513%

Deste modo, a Margem Financeira apesar de negativa, aumentou 10%, em relação ao ano anterior, cerca de 7 mil euros,

O Resultado Operacional aumentou cerca de 104 mil euros, passando de 49 mil euros, em 2024, para 153 mil euros em 2025.

A variação dos impostos em 12 mil euros deve-se ao facto do ajustamento (aumento) em 16 mil euros nos Impostos Diferidos e uma diminuição de 4 mil euros nos Impostos Correntes.

A empresa em 2025 apresentou um Resultado Líquido do Período positivo, no valor de 110 mil euros.

• Balanço

Da evolução do Balanço em 2025 expressado no quadro seguinte, salientam-se os seguintes aspectos:

Principais Rúbricas (m€)	2025	%	2024	%	Var (m€)	Var (%)
Ativo Líquido, do qual:	4 963	100	5 959	100	(997)	-16,7%
Caixa e Disponibilidades	1 344	27	1 258	21	86	6,8%
Ativos Tangíveis	266	5	409	7	(144)	-35,1%
Outros Ativos	2 020	41	2 898	49	(878)	-30,3%
Passivo, do qual:	2 793	100	3 900	100	(1 107)	-28,4%
Recursos OIC	1 480	53	1 541	40	(60)	-3,9%
Outros Passivos	1 297	46	2 339	60	(1 042)	-44,6%
Capital Próprio, do qual:	2 170	100	2 060	100	110	5,4%
Capital	2 040	94	2 040	99	-	0,0%

Ao nível do Ativo Líquido verificou uma diminuição de aproximadamente 1 milhão de euros (-16%).

Dos componentes do ativo salienta-se um aumento dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades, em 86 mil euros, em relação a 2024.

Dos restantes ativos, salientam-se os Ativos Tangíveis que continua a manter a tendência de diminuição, de -35,1% face a 2024. No entanto em 2025 houve um Investimento de 6 mil euros.

Verificou-se ainda uma redução significativa -878 mil euros em Outros Ativos (-30,3%).

O Passivo continua a evidenciar uma redução, tal como aconteceu em 2024. No ano de 2025 a descida foi de -1.107 mil euros (-28,4%) face ao ano anterior, situando-se nos 2.793 mil euros no final do ano.

O Capital Próprio regista uma subida de 110 mil euros, decorrente do do resultado positivo do ano de 2025.

7. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, no valor de **110.461,59€** (cento e dez mil quatrocentos e sessenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos), seja transferido para a conta de **Reservas Legais**.

8. Perspetivas futuras

Independentemente da situação mundial em termos políticos e económicos se caracterizar predominantemente pela instabilidade e incerteza no curto prazo dificultando o planeamento e a definição de objectivos o nosso grande desiderato continua a ser a racionalização de recursos em função das condições de mercado.

À semelhança do ano anterior a comercialização do ouro, compra e venda, será uma aposta reforçada tendo em conta as favoráveis condições de mercado.

A valorização dos recursos humanos pela via da formação constante e multidisciplinar será uma prioridade visando a motivação dos colaboradores e o reforço da organização.

Apesar das dificuldades a determinação do Conselho de Administração é conduzir a empresa em 2026 a um resultado mais robusto que o anterior.

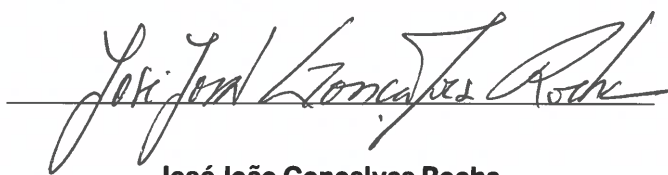
9. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, connosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- a ULTRA - SGPS, S.A.;
- a Associação Mutualista do Montepio Geral;
- o Banco Montepio;
- a RealTransfer - Instituição de Pagamento, S.A.;
- a DiverValor, S.A.;
- o nosso Revisor Oficial de Contas;
- a nossa Contabilista Certificada;
- os nossos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no quadro das suas funções.

Lisboa, 5 de Março de 2026

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(A base de Reporte é Individual e todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)



BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2025

Ano - Atividade Global				
Notas	Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	Ano Anterior
	provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
	1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1 070 442,70	1 070 442,70	978 471,66
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	273 995,64	273 995,64	279 902,98
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	50,25	50,25	31 679,50
Aplicações em instituições de crédito	7	55 500,00	55 500,00	47 000,00
Outros ativos tangíveis	8	2 058 701,26	1 793 009,68	409 495,55
Ativos intangíveis	9	110 314,61	107 970,68	5 463,70
Ativos por impostos correntes	10	5 123,09	5 123,09	11 859,16
Ativos por impostos diferidos	10	1 269 985,51	1 269 985,51	1 297 670,05
Outros ativos	11	2 019 547,56	2 019 547,56	2 897 675,26
Total de Ativo		6 863 660,62	4 962 680,26	5 959 217,86
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	12		1 481 367,07	1 540 618,29
Passivos por impostos correntes	10		15 319,70	19 500,78
Outros passivos	13		1 295 887,16	2 339 454,05
Total de Passivo			2 792 573,93	3 899 573,12
Capital				
Capital	14		2 040 012,00	2 040 012,00
Outras reservas e resultados transitados	15		19 632,74	1 455,04
Resultado do exercício	16		110 461,59	18 177,70
Total de Capital			2 170 106,33	2 059 644,74
Total de Passivo e Capital			4 962 680,26	5 959 217,86

Lisboa, 5 de março de 2026

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

José João Gonçalves Rocha

Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

Tânia Garcia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2025

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	17	1 292,38	3 528,63
Juros e encargos similares	17	74 752,53	70 099,65
Margem Financeira		(73 460,15)	(66 571,02)
Rendimentos de serviços e comissões	18	1 160 279,19	1 077 305,64
Encargos com serviços e comissões	19	248 198,95	137 204,71
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	20	171,33	315,58
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	3 667 394,71	3 906 595,27
Resultados de alienação de outros activos	22	392 575,00	727,00
Outros resultados de exploração	23	(118 277,38)	77 781,68
Produto Bancário		4 780 483,75	4 858 949,44
Custos com pessoal	24	2 897 457,99	3 111 233,90
Gastos gerais administrativos	25	1 647 204,54	1 592 728,37
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	26	82 355,39	105 825,50
Resultado Antes de Impostos		153 465,83	49 161,67
Impostos		(43 004,24)	(30 983,97)
Correntes	10	15 319,70	19 500,78
Diferidos	10	27 684,54	11 483,19
Resultado Líquido do Exercício		110 461,59	18 177,70

Lisboa, 5 de março de 2026

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

José João Gonçalves Rocha

[Signature]

Tânia Garcia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2025

	Notas	2025	2024
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	18	1 160 279,19	1 077 305,64
Pagamento de comissões	19	(248 198,95)	(137 204,71)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	24, 25	(4 544 662,53)	(4 703 962,27)
Resultados de reavaliação cambial	21	3 667 394,71	3 906 595,27
Caixa gerada pelas operações		34 812,42	142 733,93
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	10	(7 641,62)	1 656,44
Outros Recebimentos / Pagamentos		(119 185,86)	(177 593,63)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(92 015,06)	(33 203,26)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	(6 389,52)	(78 165,61)
Investimentos financeiros	7	(8 500,00)	-
Outros activos	11	(11 431,31)	(38 018,01)
		(26 320,83)	(116 183,62)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	22	475 000,00	727,00
Investimentos financeiros	12	-	340 000,00
		475 000,00	340 727,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		448 679,17	224 543,38
Atividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(59 251,22)	(815 561,00)
Juros e gastos similares	17	(74 752,53)	(70 170,00)
Outras operações de financiamento	13	(237 889,13)	(8 529,07)
		(371 892,88)	(894 260,07)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	-	260 000,00
Juros e rendimentos similares	17	1 292,38	3 528,63
Outras operações de financiamento	13	100 000,00	23 900,00
		101 292,38	287 428,63
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(270 600,50)	(606 831,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		86 063,61	(415 491,32)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 258 374,73	1 673 866,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 344 438,34	1 258 374,73
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

Lisboa, 5 de março de 2026

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

José João Gonçalves Rocha
Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2025

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2023		1 750 000,00	750 000,00	3 250 000,00	(4 847 304,05)	43 759,09	946 455,04
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023	15	-	-	-	43 759,09	(43 759,09)	-
Redução de Capital		(805 000,00)	(750 000,00)	(3 248 544,96)	4 803 544,96	-	-
Aumento de Capital		1 095 012,00	-	-	-	-	1 095 012,00
Resultado líquido do exercício de 2024	16	-	-	-	-	18 177,70	18 177,70
Saldo em 31 dezembro 2024		2 040 012,00	-	1 455,04	-	18 177,70	2 059 644,74
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024	15	-	-	-	18 177,70	(18 177,70)	-
Resultado líquido do exercício de 2025	16	-	-	-	-	110 461,59	110 461,59
Saldo em 31 dezembro 2025		2 040 012,00	-	1 455,04	18 177,70	110 461,59	2 170 106,33

Lisboa, 5 de março de 2026

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

José João Gonçalves Rocha

JK

Tânia Mafalda da Silva Garcia Viterbo

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima com sede na Calçada do Carmo, n.º 6 - 1.º Direito – 1200-091 Lisboa. Em junho de 2012 alterou a sua designação social e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento no ano de 2013.

No exercício de 2025 as principais atividades desenvolvidas foram a compra e venda de moeda estrangeira, a realização de operações de envio e pagamento de fundos, compra de cheques de viagem, bem como a compra de ouro.

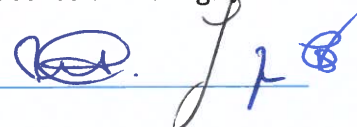
As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso n.º5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

A informação contabilística da empresa foi preparada de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas, conforme a Instrução n.º 23/2017 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2025 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e



passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

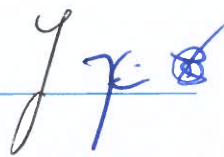
i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.



27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

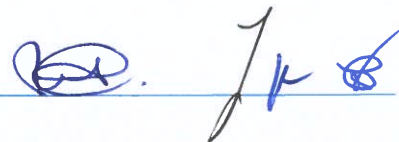
3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

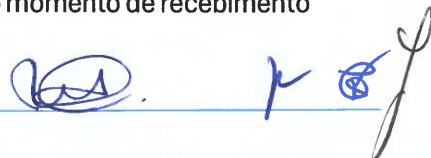
Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio



3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa reduzida de 16%, e à taxa normal de 20% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

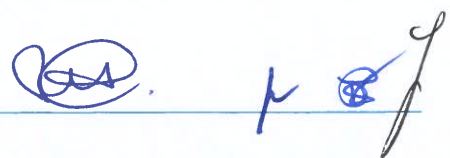
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

Caixa	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Moeda Nacional	637 812,48	508 954,94	128 857,54	25,318%
Moeda Estrangeira	432 630,22	469 516,72	-36 886,50	-7,856%
Total	1 070 442,70	978 471,66	91 971,04	17,462%



5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as Disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

Disponibilidades OIC	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Moeda Nacional	195 594,11	175 351,73	20 242,38	11,544%
Moeda Estrangeira	78 401,53	104 551,25	-26 149,72	-25,011%
Total	273 995,64	279 902,98	-5 907,34	-13,468%

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao **Fundo de Compensação de Trabalho** e apresentava-se da seguinte forma:

Outros Ativos Financeiros	2025	2024	Variação em €	Variação em %
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	50,25	31 679,50	-31 629,25	-99,841%
Total	50,25	31 679,50	-31 629,25	-99,841%

Ver a Nota 20 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito era de **55.500,00 euros**, valor depositado junto da **Caixa Económica Montepio Geral**, com renovação semestral e detalham-se como se segue:

Aplicações em IC	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Poupança Prazo 2	55 500,00	47 000,00	8 500,00	18,085%
Total	55 500,00	47 000,00	8 500,00	18,085%

- O Depósito a Prazo foi constituído em 22/10/2025, por 183 dias
- Data de Renovação: 23/04/2026
- Taxa de juro contratada é de 0,50%
- Esta aplicação foi constituída para a Garantia Bancária da Loja do Colombo

Ver a Nota 27.1 - Compromissos Assumidos




8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2025 e 2024 para Outros Ativos Tangíveis foi o seguinte:

Saldo em 01jan2024			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	105 000,00	70 427,52	0,00	0,00	16 668,39	17 904,09
Obras em Edifícios	1 337 419,31	1 086 693,76	40 810,11	0,00	38 587,38	252 948,28
Equipamento	716 144,35	643 859,63	13 455,50	-5 000,00	30 527,08	60 213,14
Locação Financeira	58 870,00	5 416,26	23 900,00	0,00	15 713,20	61 640,54
Activos Tangíveis em Curso	12 484,50	0,00	38 018,01	-33 713,01	0,00	16 789,50
Total	2 229 918,16	1 806 397,17	116 183,62	-38 713,01	101 496,05	409 495,55

Saldo em 01jan2025			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2025
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	105 000,00	87 095,91	0,00	-105 000,00	0,00	0,00
Obras em Edifícios	1 378 229,42	1 125 281,14	0,00	-64 520,91	39 994,44	148 432,93
Equipamento	729 599,85	669 386,71	6 389,52	0,00	18 512,80	48 089,86
Locação Financeira	82 770,00	21 129,46	0,00	0,00	20 692,56	40 947,98
Activos Tangíveis em Curso	16 789,50	0,00	11 431,31	0,00	0,00	28 220,81
Total	2 312 388,77	1 902 893,22	17 820,83	-169 520,91	79 199,80	265 691,58

RESUMO	Valor Bruto em 31dez2025		Amortizações Acumuladas		Saldo em 31dez2025	
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	2 058 701,26		1 793 009,68		265 691,58	

No exercício de 2025 a empresa alienou o edifício localizado em Portimão, o qual resulta da estratégia de otimização operacional da empresa.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2025 e 2024 foi de:

Saldo em 01jan2024			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	90 314,61	86 951,77	0,00	-430,51	2 329,41	1 463,94
Trespasse	20 000,00	14 000,20	0,00	0,00	2 000,04	3 999,76
Total	110 314,61	100 951,97	0,00	-430,51	4 329,45	5 463,70

Saldo em 01jan2025			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2025
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	90 314,61	88 850,67	0,00	-35,82	1 155,55	344,21
Trespasse	20 000,00	16 000,24	0,00	0,00	2 000,04	1 999,72
Total	110 314,61	104 850,91	0,00	-35,82	3 155,59	2 343,93

RESUMO	Valor Bruto em 31dez2025		Amortizações Acumuladas		Saldo em 31dez2025	
ACTIVOS INTANGÍVEIS	110 314,61		107 970,68		2 343,93	

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O valor de **5.123,09€** de Activos por Impostos Correntes é relativo ao **Pagamento por Conta de IRC e Retenções na Fonte**, adiantamentos efectuados durante o exercício de 2025, cujo valor irá ser abatido ao pagamento do IRC de 2025.



Activos por Impostos Correntes	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Pagamento por Conta de IRC	4 800,00	10 977,00	(6 177,00)	-56,272%
Retenções na Fonte	323,09	882,16	(559,07)	-63,375%
Total	5 123,09	11 859,16	(6 736,07)	-56,801%

O valor dos impostos referentes ao exercício de 2025 é de **43.004,24€**, resultante de um **Imposto Corrente** de **15.319,70€** e de um **Imposto Diferido por Prejuízo fiscal** de **27.684,54€**.

Activos e Passivos por Impostos	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Resultado Fiscal	184 563,63	84 125,93	100 437,70	119,390%
Resultado Antes de Impostos (RAI)	153 465,83	49 161,67	104 304,16	212,166%
Impostos Correntes	(15 319,70)	(19 500,78)	4 181,08	-21,441%
Impostos Diferidos	(27 684,54)	(11 483,19)	(16 201,35)	141,088%
Total de Impostos	(43 004,24)	(30 983,97)	(12 020,27)	38,795%
Resultado Líquido do Exercício	110 461,59	18 177,70	92 283,89	507,676%

Ver a Nota 16 – Resultado Líquido do Período

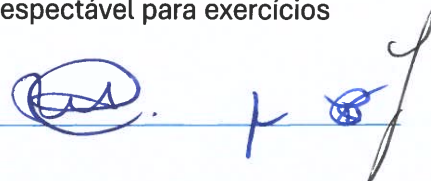
O cálculo do Imposto corrente é de **15.319,70€** e o valor a pagar é de **10.196,61€**, depois de deduzido o Pagamento por Conta de IRC e retenções na Fonte no valor total de **5.123,09€**.

Cálculo do Imposto Corrente	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Lucro Tributável	184 563,63	84 125,93	100 437,70	119,390%
Dedução do Prejuízo Fiscal	(138 422,72)	(54 681,85)	(83 740,87)	153,142%
Matéria Colectável	46 140,91	29 444,08	16 696,83	56,707%
Imposto à Taxa PME/Small Mid Cap - até 50k	7 382,55	5 005,49	2 377,05	47,489%
Derrama - 1,5%	2 768,45	1 261,89	1 506,57	119,390%
Tributações Autónomas	5 168,70	13 233,40	(8 064,70)	-60,942%
Total de IRC	15 319,70	19 500,78	-4 181,08	-60,942%
Pagamento por Conta de IRC + Retenções	(5 123,09)	(11 859,16)	6 736,07	-56,801%
IRC a pagar	10 196,61	7 641,62	2 554,99	-117,743%

Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios anteriores (do ano de 2016 a 2021), a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 20% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a esperável para exercícios futuros.



O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 31/12/2025 o total era de **1.269.985,51€** e em 2024 de 1.297.670,05€;
- Foi deduzido o valor de **27.684,54€** na conta **Ativos por Impostos Diferidos**;
- Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2025.

Ano	Resultado Antes de Impostos	Prejuízo Fiscal	Imposto Corrente	Saldo dos Impostos Diferidos
Exercício de 2016	(537 328,83)	(464 122,12)	57 563,43	176 943,08
Exercício de 2018	(2 553 470,98)	(2 558 472,29)	32 413,67	537 279,18
Exercício de 2019	(1 682 752,13)	(1 686 091,52)	22 497,86	354 079,22
Exercício de 2020	(1 396 213,83)	(1 367 350,77)	11 360,31	287 143,66
Exercício de 2021	(687 116,15)	(579 177,62)	9 020,90	121 627,30
Saldo em 31/12/2021				1 477 072,44
Início do ano	Saldo dos Impostos Diferidos no Início do ano	Dedução do Imposto Diferido	Saldo dos Impostos Diferidos no Final do Ano	Final do Ano
01/01/2022	1 477 072,44	(142 751,76)	1 334 320,68	31/12/2022
01/01/2023	1 334 320,68	(25 167,44)	1 309 153,24	31/12/2023
01/01/2024	1 309 153,24	(11 483,19)	1 297 670,05	31/12/2024
01/01/2025	1 297 670,05	(27 684,54)	1 269 985,51	31/12/2025
Saldo em 31/12/2025			1 269 985,51	

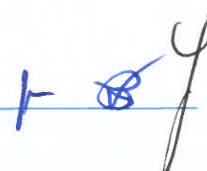




11. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

Outros Ativos	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Devedores e Outras Aplicações	1 714 270,57	2 435 376,02	-721 105,45	-29,610%
por Processos Judiciais	222 951,85	219 886,03	3 065,82	1,394%
NUIPC N.º 880/14.2 PJPR	0,00	550,00	-550,00	-100,000%
NUIPC N.º 221/17.7 JAFAR	152 548,10	152 548,10	0,00	0,000%
NUIPC N.º 1038/17.AGAVC	0,00	3 498,00	-3 498,00	-100,000%
NUIPC N.º 987/23.5 JFLSB	63 289,93	63 289,93	0,00	0,000%
QUEIXA DIAP	2 804,87	0,00	2 804,87	#DIV/0!
NUIPC N.º 509725.8T9MTS	4 000,27	0,00	4 000,27	#DIV/0!
NUIPC N.º 129625.0JAAVR	308,68	0,00	308,68	#DIV/0!
por Reclamações Graciosas	1 401,72	0,00	1 401,72	#DIV/0!
AT - Autoridade Tributária	1 401,72	0,00	1 401,72	#DIV/0!
por Operações Transferências de Valores (Agentes/Correspondentes)	347 095,18	715 698,86	-368 603,68	-51,503%
NovaCâmbios Angola	338 107,49	684 295,79	-346 188,30	-50,590%
NovaCâmbios Namíbia	7 763,06	7 735,29	27,77	0,359%
BCI / PFS	0,00	2 888,23	-2 888,23	-100,000%
Daycoval - Brasil	656,55	15 001,81	-14 345,26	-95,624%
Divervalor	568,08	4 200,84	-3 632,76	-86,477%
MoneyGram	0,00	1 576,90	-1 576,90	-100,000%
por Outros Valores a Receber	1 042 821,82	1 399 791,13	-356 969,31	-25,502%
por contraparte residente	958 132,36	1 356 798,74	-398 666,38	-29,383%
por contraparte ã residente	84 689,46	42 992,39	41 697,07	96,987%
Devedores e Outras Aplicações	100 000,00	100 000,00	0,00	0,000%
Caução Euronet	100 000,00	100 000,00	0,00	0,000%
Rendimentos a Receber	68 982,12	102 768,77	-33 786,65	-32,876%
MoneyGram	32 824,96	31 964,01	860,95	2,693%
RealTransfer Portugal	26 850,55	0,00	26 850,55	#DIV/0!
Euronet - ATM's	8 790,99	10 241,45	-1 450,46	-14,163%
Reembolso de Despesas	0,00	60 563,31	-60 047,69	-99,149%
Outros Rendimentos a receber	515,62	0,00		
Despesas com Encargo Diferido	186 323,25	290 215,97	-103 892,72	-35,798%
Seguros	14 723,89	16 736,69	-2 012,80	-12,026%
Rendas	120 992,25	101 928,36	19 063,89	18,703%
Cauções de Rendas	46 949,98	162 451,44	-115 501,46	-71,099%
Outras Despesas Diferidas	3 657,13	9 099,48	-5 442,35	-59,809%
Outras Operações a Regularizar	49 971,62	69 314,50	-19 342,88	-27,906%
Falhas de Caixa	6 831,62	8 613,36	-1 781,74	-20,686%
Outras operações activas a regularizar	43 140,00	60 701,14	-17 561,14	-28,930%
Total	2 019 547,56	2 897 675,26	-878 127,70	-30,305%

PROCESSOS JUDICIAIS

- **Processo Judicial N.º 221/17.7 JAFAR** - Este processo ainda continua a ser averiguado pelo Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Faro, houve duas audiências no Tribunal em Janeiro de 2025, mas ainda não foi proferida a sentença.
- **Processo Judicial N.º 987/23.5 JFLSB** - Processo instaurado em 2025, mas o Ministério Público ainda não se pronunciou sobre este processo.
- Os restantes **Processos Judiciais** instaurados em 2025, até à data ainda não houve qualquer resposta sobre os mesmos.
- Foi feita uma **Reclamação Graciosa** junto da AT-Autoridade Tributária, o despacho foi diferido, mas ainda não recebemos o respectivo valor reclamada.

OPERAÇÕES TRANSFERÊNCIA DE VALORES – Agentes / Correspondentes

- São os valores das Ordens de Pagamento que a empresa já efectuou aos clientes e esses mesmo valores são devidos pelos Agentes/Correspondentes à empresa.

DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES

- Foi estabelecida uma caução pela **EURONET**, no valor de 100.000€, a fim de mantermos as ATM's a funcionar nos nossos balcões.

RENDIMENTOS A RECEBER

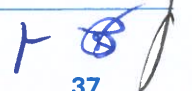
- Os rendimentos a receber, dizem respeito às Comissões dos Agentes de Transferências **MONEYGRAM** e **REALTRANSFER**, e da **EURONET** (ATM's), referentes ao mês de Dezembro/2025 cujos rendimentos já estão reconhecidos mas ainda não foram recebidos, só recebemos as transferências bancárias em Janeiro de 2026.

DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO

- As despesas com encargo diferido, nomeadamente com **Seguros**, **Rendas** e **outras Despesas Diferidas** dizem respeito a encargos já pagos durante o ano de 2025, mas os custos/gastos só irão ser reconhecidas em 2026.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Falhas de Caixa** – Houve uma diminuição de 1.781,74€ em 2025 face ao ano de 2024. Durante o ano de 2025, os colaboradores cometeram 4.719,50€ em Falhas de Caixa (menos 3.280,73€ do que o ano de 2024), foram descontadas nos recibos de vencimento 6.186,44€ (menos 19,24€ no que no ano de 2024) e foram regularizadas 314,80€ (menos 1.505,09€ no que no ano de 2024), ficando o saldo no final do ano de 6.831,62€;
- **Operações Activas a regularizar** - Existe um valor por regularizar de 43.140€.



12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2025	2024	Variação em €	Variação em %
de Outras Instituições de Crédito	694 320,11	755 110,54	-60 790,43	-8,051%
C.E. Montepio Geral - C/C Caucionada	500 000,00	500 000,00	0,00	0,000%
C.E. Montepio Geral - Empréstimo	194 320,11	255 110,54	-60 790,43	-23,829%
de Agentes de Transferências	727 065,42	714 562,78	12 502,64	1,750%
RealTransfer Portugal	708 927,44	688 143,22	20 784,22	3,020%
MoneyGram	18 137,98	26 419,56	-8 281,58	-31,346%
de Leasing Auto	59 981,54	70 944,97	-10 963,43	-15,453%
Total	1 481 367,07	1 540 618,29	-59 251,22	-3,846%

Condições da Contratação dos Empréstimos:

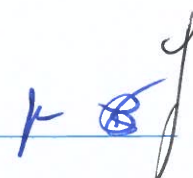
- CONTA CORRENTE CAUCIONADA | FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE EMPRESARIAL

- Taxa de Juro Fixa Anual: 3,75%
- Spread: Euribor a 6 meses, com spread 3,75%
- Data de Renovação: Semestral / Abril e Outubro de 2026
- Pagamentos dos Juros: Trimestral
- Periodicidade das Amortizações de Capital: Trimestral

- EMPRÉSTIMO DE CRÉDITO AO INVESTIMENTO | FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE EMPRESARIAL

- Taxa de Juro Anual Nominal : 4,952% | Taxa Anual Efeciva 5,066%
- Spread: Euribor a 6 meses, com spread 1,95%
- Data de Término da última prestação: 18/11/2028
- Pagamento de Juros: Mensal
- Pagamento das Amortizações de Capital: Mensal

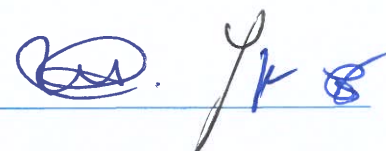
Ver Nota 27.2 – Responsabilidades de Crédito

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

Outros Passivos	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Fornecedores, Estado, e Credores	842 603,21	2 000 410,35	-1 157 807,14	-57,878%
Fornecedores	221 839,48	265 138,21	-43 298,73	-16,331%
Fornecedores Residentes	32 918,05	86 094,79	-53 176,74	-61,765%
Fornecedores Residentes - ANA Aeroportos - <i>Dívida Não Reconhecida</i>	182 960,36	182 960,36	0,00	0,000%
Fornecedores Comunitários	3 500,00	10 500,00	-7 000,00	-66,667%
Fornecedores Extra-Comunitários	1 600,00	800,00	800,00	100,000%
Fornecedores Intra-Grupo	861,07	-15 216,94	16 078,01	-105,659%
Sector Público Administrativo	79 446,17	83 662,13	-4 215,96	-5,039%
Segurança Social	52 642,88	54 676,10	-2 033,22	-3,719%
Autoridade Tributária	26 884,35	28 879,84	-1 995,49	-6,910%
Cobranças Terceiros - Penhora Vencimentos	-81,06	106,19	-187,25	-176,335%
Credores	541 317,56	1 651 610,01	-1 110 292,45	-67,225%
Accionistas	429 333,20	1 005 000,00	-575 666,80	-57,280%
ULTRA - SGPS, S.A.	0,00	505 000,00	-505 000,00	-100,000%
Associação Mutualista Montepio Geral	129 333,20	300 000,00	-170 666,80	-56,889%
José João Gonçalves Rocha	300 000,00	200 000,00	100 000,00	50,000%
Outros Credores	111 984,36	646 610,01	-534 625,65	-82,681%
Credores em Suspenso	0,00	10 661,97	-10 661,97	-100,000%
Transferências Valores - Portugal	0,00	355,00	-355,00	-100,000%
Transferências Valores - NovaCâmbios AO	111 984,36	121 298,09	-9 313,73	-7,678%
Transferências Valores - Goo AO	0,00	105 425,36	-105 425,36	-100,000%
Transferências Valores - Daycoval	0,00	1 372,59	-1 372,59	-100,000%
Transferências Valores - RealTransfer	0,00	407 497,00	-407 497,00	-100,000%
Encargos a Pagar	450 836,05	336 844,59	113 991,46	33,841%
Juros e Encargos Similares a Pagar	19 156,55	13 723,07	5 433,48	39,594%
Férias, Sub.de Férias e Enc. Sociais a pagar	284 625,00	294 468,07	-9 843,07	-3,343%
Outros Custos de Pessoal a Pagar	9 598,28	8 946,03	652,25	7,291%
Fornecimentos e Serviços a pagar	9 953,24	19 707,42	-9 754,18	-49,495%
Outros Encargos a pagar	127 502,98	-	#VALOR!	#VALOR!
Outras Operações a Regularizar	2 447,90	2 199,11	248,79	11,313%
Sobras de Caixa	1 597,84	1 975,11	-377,27	-19,101%
Operações Passivas a regularizar	850,06	224,00	626,06	279,491%
Total	1 295 887,16	2 339 454,05	-1 043 566,89	-44,607%



FORNECEDORES

- Existe um proporcioso a decorrer em Tribunal Judicial da Concorrência, Regulação e Supervisão de Santarém, Unidade Orgânica – Juízo 1 – **Processo N.º 19/23.3YQSTR**, no montante de **182.960,36€** referente ao valor que a NovaCâmbios não reconhece como dívida à **ANA-Aeroportos**;

SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

- Os valores aqui indicados dizem respeito aos **IMPOSTOS** do mês de Dezembro/2025, que foram pagos em janeiro e em fevereiro de 2026:
 - **Segurança Social**
 - **AT-Autoridade Tributária**
 - AT - Retenções na Fonte
 - Trabalho Dependente
 - Trabalho Profissional
 - Prediais
 - Imposto do Selo
 - IVA

CREDITORES

Accionistas

- Os valores aqui indicados dizem respeito aos **Suprimentos** concedidos pelos accionistas à empresa;
 - **Caixa Económica do Montepio Geral**
 - Pagamento de Capital Mensal e Pagamento de Juro Anual no mês Janeiro à taxa de 3,18%, com término em Dezembro/2027
 - **José João Gonçalves Rocha**
 - Pagamento de Capital e Juros Mensais à taxa de 4%, com término em Janeiro/2029

Outros Credores

- **Transferências de Valores** – São as ordens de Pagamento recebidas dos clientes que são devidas ao Agentes/Correspondente NovaCâmbios Angola.

ENCARGOS A PAGAR

- Os encargos a pagar, referente aos **Juros, Férias, Subsidio de Férias, Encargos Sociais com as Férias, Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros**, são Custos/Gastos que já estão reconhecidos em 2025, cujo pagamento só irá ocorrer em 2026.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Sobras de Caixa** – São as sobras de Caixa que ocorreram durante o ano de 2025.
- **Operações Passivas a Regularizar** -Existe um valor por regularizar de 850,06€.



14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o capital social de **2.040.012,00€** encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A composição dos detentores do capital social era seguinte:

Capital Social			
Valor Nominal de cada acção	27 Euros		
Accionista	Valor de Participação	N.º de Acções	%
REALTRANSFER - Instituição de Pagamento, SA	1 095 012,00	40 556	53,67
ULTRA - SGPS, SA	660 933,00	24 479	32,40
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA - Montepio Geral	283 500,00	10 500	13,90
Pedro Mascarenhas Santos	189,00	7	0,01
José João Gonçalves Rocha	189,00	7	0,01
Manuel Viterbo de Almeida	189,00	7	0,01
Total	2 040 012,00	75 556	100%

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outras Reservas e Resultados Transitados	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Reservas Livres	1 455,04	1 455,04	0,00	0,000%
Resultados Transitados do ano de 2025	18 177,70	-	18 177,70	#DIV/0!
Resultados Transitados	18 177,70	-	18 177,70	#DIV/0!
Total	19 632,74	1 455,04	18 177,70	1249,292%

Por decisão da Assembleia Geral Anual, realizada em 27 de março de 2025, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com um resultado líquido positivo de **18.177,70€**, tendo sido deliberado a transferência para a conta de Resultados Transitados.

16. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Resultado Líquido do Exercício	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Resultado Líquido do Exercício	110 461,59	18 177,70	92 283,89	507,676%
Total	110 461,59	18 177,70	92 283,89	507,676%

Ver a Nota 10 - Ativos e Passivos Por Impostos Correntes e Diferidos

17. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2025	2024	Varição em €	Varição em %
Juros e Rendimentos Similares	1 292,38	3 528,63	(2 236,25)	-63,374%
Juros de Aplicações OIC	1 292,38	3 528,63	(2 236,25)	-63,374%
Juros e Encargos Similares	(74 752,53)	(70 099,65)	(4 652,88)	6,638%
Juros de Empréstimos	10 251,45	1 399,93	8 851,52	632,283%
Juros de Suprimentos	30 249,74	32 599,96	(2 350,22)	-7,209%
Juros de Conta Corrente Caucionada	29 905,39	33 195,35	(3 289,96)	-9,911%
Juros de Locação Financeira	4 345,95	2 904,41	1 441,54	49,633%
Total	(73 460,15)	(66 571,02)	(6 889,13)	49,633%

18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

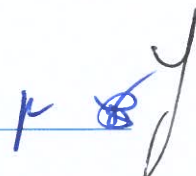
Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2025	2024	Varição em €	Varição em %
Transferência de Valores	825 039,60	793 053,40	31 986,20	4,033%
Comissões na Compra e Venda de Moeda	114 467,50	55 532,96	58 934,54	106,125%
Comissões por Operações em ATM - Euronet	168 392,11	200 650,66	(32 258,55)	-16,077%
Ouro	52 379,98	28 068,62	24 311,36	86,614%
Total	1 160 279,19	1 077 305,64	82 973,55	7,702%

19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2025	2024	Varição em €	Varição em %
Comissões por garantias bancárias	16 100,95	24 218,97	(8 118,02)	-33,519%
Comissões por operações bancárias	27 343,80	39 248,25	(11 904,45)	-30,331%
Comissões TPA/Multibanco	80 264,81	62 467,23	17 797,58	28,491%
Outras Comissões	124 489,39	11 270,26	113 219,13	1004,583%
Total	248 198,95	137 204,71	110 994,24	80,897%

20. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (LÍQUIDO)

Os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados do ano de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor	2025	2024	Variação em €	Variação em %
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	171,33	315,58	-144,25	-45,709%
Total	171,33	315,58	-144,25	-45,709%

Estes valores e resultados dizem respeito ao FCT-Fundo de Compensação de Trabalho ajustados durante o ano de 2025.

Ver a Nota 6 – Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

21. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 3.667.394,71€ e de 3.906.595,27€ respetivamente.

Resultados de Reavaliação Cambial (liquid	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Ganhos em Operações Financeiras	3 743 569,86	3 976 172,25	(232 602,39)	-5,850%
Perdas em Operações Financeiras	76 175,15	69 576,98	6 598,17	9,483%
Margem das Operações Financeiras	3 667 394,71	3 906 595,27	(239 200,56)	-6,123%
Margem em Notas	3 590 558,73	3 872 147,28	(281 588,55)	-7,272%
Margem em Divisas	76 835,98	34 447,99	42 387,99	123,049%
Margem das Operações Financeiras	3 667 394,71	3 906 595,27	(239 200,56)	-6,123%

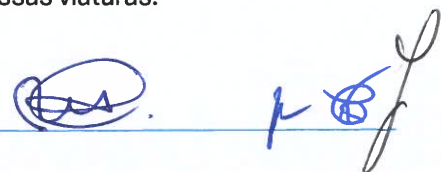
Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

22. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Resultados de alienação de outros activos	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Alienação de Activos Tangíveis	392 575,00	727,00	391 848,00	53899,312%
Total	392 575,00	727,00	391 848,00	53899,312%

No ano de 2025 foi alienado um prédio que a empresa detinha em Portimão, e no ano de 2024 foram alienadas viaturas, está aqui evidenciado os resultados da alíneação dessas viaturas.

Ver a Nota 8 - Outros Activos Tangíveis



23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

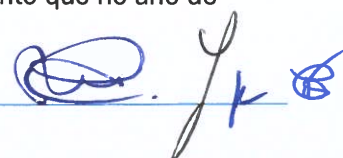
Outros Resultados de Exploração	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(147 794,72)	(28 661,19)	(119 133,53)	415,661%
Quotizações e Donativos	10 567,55	11 596,80	(1 029,25)	-8,875%
Outros Encargos e Gastos - Sinistros	-	2 312,40	(2 312,40)	-100,000%
Multas e Outras Penalidades	8 443,35	994,25	7 449,10	749,218%
Juros de Mora	-	70,44	(70,44)	-100,000%
Outros Gastos Operacionais	434,80	13 687,30	(13 252,50)	-96,823%
Custos de Exercícios Anteriores	846,04	-	846,04	#DIV/0!
Sub-Contratos (RealTransfer Portugal)	127 502,98	-	127 502,98	#DIV/0!
Outros Impostos	(12 518,80)	(17 518,75)	4 999,95	-28,541%
Imposto do Selo	8 060,21	10 202,26	(2 142,05)	-20,996%
IUC	978,86	1 014,01	(35,15)	-3,466%
IMI	217,98	181,86	36,12	19,861%
Taxas	1 753,90	3 280,12	(1 526,22)	-46,529%
IVA	1 507,85	2 840,50	(1 332,65)	-46,916%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	42 036,14	123 961,61	(81 925,47)	-66,089%
Reembolso de Despesas	37 164,08	112 598,17	(75 434,09)	-66,994%
Outros Rendimentos Operacionais	1 975,11	11 363,44	(9 388,33)	-82,619%
Indemnizações Recebidas	2 672,95	-	2 672,95	#DIV/0!
Rendimentos de Exercícios Anteriores	224,00	-	224,00	#DIV/0!
Excesso de Estimativa de Impostos	-	0,01	(0,01)	-100,000%
Total	(118 277,38)	77 781,67	-196 059,05	-252,063%

24. CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

Custos com Pessoal	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Remunerações	1 728 905,13	1 845 177,68	(116 272,55)	-6,301%
Subsídio de Férias e de Natal	262 241,66	260 948,99	1 292,67	0,495%
Encargos Sociais s/ Remunerações	470 674,35	494 125,97	(23 451,62)	-4,746%
Cedência de Pessoal	132 044,22	207 982,78	(75 938,56)	-36,512%
Subsídio de Refeição	177 993,63	197 085,13	(19 091,50)	-9,687%
Subsídio de Transporte	31 290,00	34 200,00	(2 910,00)	-8,509%
Seguro de Acidentes de Trabalho	13 893,27	16 169,99	(2 276,72)	-14,080%
Seguro de Saúde	48 929,01	48 411,98	517,03	1,068%
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	5 743,76	3 230,46	2 513,30	77,800%
Indemnizações Contratuais	22 992,96	2 400,92	20 592,04	857,673%
Gastos com Acção Social	2 750,00	1 500,00	1 250,00	83,333%
Total	2 897 457,99	3 111 233,90	(213 775,91)	-6,871%

Em 2025 a empresa teve um efetivo médio anual de **114 trabalhadores**, enquanto que no ano de 2024 foram de 127 trabalhadores. (ver página 8, Recursos Humanos)



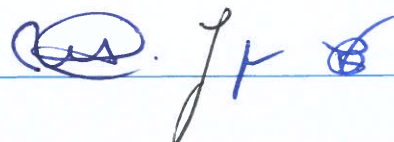
O Conselho de Administração é composto por 3 elementos (ver página 3, *Órgãos Sociais – Conselho de Administração*), todos com cargos executivos. Os custos com Pessoal, que a empresa teve durante o exercício de 2025 com o Conselho de Administração foram de **195.248,32€**.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Gastos Gerais Administrativos (com Fornecimentos e Serviços) totalizaram **1.647.204,54€** e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornec	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Água, Energia e Combustível	67 179,10	64 961,38	2 217,72	3,414%
Material de Consumo Corrente	18 297,63	21 706,21	(3 408,58)	-15,703%
Material para Assistência e Reparações	748,09	767,07	(18,98)	-2,474%
Material de Higiene e Limpeza	8 213,70	7 636,63	577,07	7,557%
Outros Fornecimentos de Terceiros	1 555,18	-	1 555,18	#DIV/0!
Total Gastos com Fornecimentos	95 993,70	95 071,29	922,41	0,970%
Gastos Gerais Administrativos com Serviç	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	876 254,95	849 430,50	26 824,45	3,158%
Alugueres	38 710,41	33 646,62	5 063,79	15,050%
Comunicações	55 646,55	56 493,58	(847,03)	-1,499%
Deslocações e Representação no País	66 392,81	67 587,23	(1 194,42)	-1,767%
Deslocações e Representação no Estrangeiro	2 646,74	73 554,24	(70 907,50)	-96,402%
Despesas de Representação	7 117,14	5 886,88	1 230,26	20,898%
Publicidade	27 296,99	50 197,39	(22 900,40)	-45,621%
Conservação e Reparação	19 474,80	19 062,16	412,64	2,165%
Material de Transporte	34 728,36	24 026,50	10 701,86	44,542%
Formação Profissional	18 662,83	1 527,17	17 135,66	1122,053%
Seguros	41 867,84	36 452,39	5 415,45	14,856%
Avenças e Honorários	131 070,13	97 730,37	33 339,76	34,114%
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	991,05	1 607,35	(616,30)	-38,343%
Serviços de Informática	68 579,07	54 346,95	14 232,12	26,188%
Serviços de Segurança e Vigilância	29 034,56	27 423,09	1 611,47	5,876%
Serviços de Limpeza	34 914,90	33 571,26	1 343,64	4,002%
Serviços de Ligação de Dados	10 247,91	3 296,40	6 951,51	210,882%
Outros Serviços de Terceiros	1 227,80	440,00	787,80	179,045%
Prestação de Serviços de Gestão - ULTRA	86 346,00	61 377,00	24 969,00	40,681%
Total Gastos com Serviços	1 551 210,84	1 497 657,08	53 553,76	3,576%
Total de Gastos Gerais Administrativos	1 647 204,54	1 592 728,37	54 476,17	3,420%

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único **DFK & Associados SROC, Lda.**, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas. No ano de 2025 os gastos que a empresa teve com a DFK foram de **10.332,00€**.



26. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2025 e 2024, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Depreciações e Amortizações do Exercício	2025	2024	Variação em €	Variação em %
Ativos Fixos Tangíveis	79 199,80	101 496,05	(22 296,25)	-21,968%
Ativos Intangíveis	3 155,59	4 329,45	(1 173,86)	-27,113%
Total	82 355,39	105 825,50	(23 470,11)	-22,178%

Ver Notas 8 e 9 - Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis

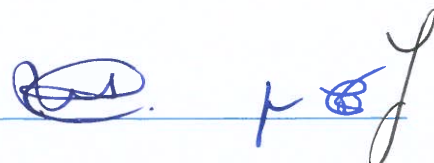
27. OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Compromissos Assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tinha as seguintes **Garantias Bancárias** ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Agência	2025	2024
Banco BIC Português, SA	Norte Shopping	86 350,13	-
Caixa Económica Montepio Geral	Braga	13 500,00	13 500,00
Caixa Económica Montepio Geral	Gare do Oriente	40 111,03	35 222,52
Caixa Económica Montepio Geral	Amoreiras	61 000,00	-
Caixa Económica Montepio Geral	Fórum Coimbra	19 791,02	19 791,02
Caixa Económica Montepio Geral	Cascais Shopping	62 586,37	62 586,37
Caixa Económica Montepio Geral	Amadora	2 682,16	2 682,16
Caixa Económica Montepio Geral	Aveiro 2	12 000,00	12 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	CC Colombo 1	161 964,87	137 151,48
		459 985,58	282 933,55

Estas Garantias Bancárias resultam dos Contratos de Arrendamento assinados para as Agências acima indicadas, onde a empresa desenvolve a sua actividade.



27.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 12 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

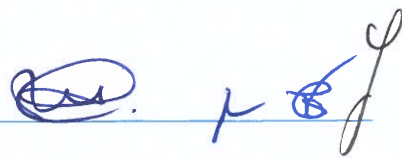
Instituição	Produto Financeiro	2025	2024
Caixa Económica Montepio Geral	Financiamento à atividade empresarial	194 320,11	255 110,54
Caixa Económica Montepio Geral	Conta corrente bancária Crédito Renovável	500 000,00	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	140,40	1 061,00
Toyota KreditBank GMBH	Locação Financeira	12 702,77	15 766,06
Toyota KreditBank GMBH	Locação Financeira	18 211,51	22 481,97
Toyota KreditBank GMBH	Crédito Automóvel	21 957,13	23 900,00
		747 331,92	818 319,57

27.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo do ano de 2025, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Entidade	Saldo em		Variação	Custos	Proveitos
	31/12/2025	31/12/2024			
NC Angola	229 123,13	566 013,30	(336 890,17)	-	123 188,69
NC Cuba **	(1 600,00)	(800,00)	(800,00)	9 600,00	-
NC Espanha	77 374,42	97 374,42	(20 000,00)	-	-
NC França	4 315,04	1 440,00	2 875,04	4 315,04	4 315,04
NC Namíbia	7 763,06	7 735,29	27,77	-	-
RT Portugal	(809 579,87)	(1 093 185,94)	283 606,07	-	343 531,49
Ultra Serviços	2 106,15	2 383,50	(277,35)	11 809,35	-
Ultra SGPS	941 937,05	749 498,20	192 438,85	86 346,00	-
Ultra Viagens	13 341,17	13 341,17	-	-	-

** Escritório de Representação



28. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a NovaCâmbios não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

Lisboa, 5 de março de 2026

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

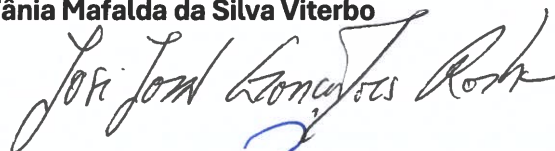


O Responsável pela Gestão

José João Gonçalves Rocha

José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Viterbo




Tânia Mafalda da Silva Viterbo

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Novacambios – Instituição de Pagamento, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 4.962.680 euros e um total de capital próprio, de 2.170.106 euros, incluindo um resultado líquido, de 110.462 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Novacâmbios – Instituição de Pagamento, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Miraflores, 24 de março de 2026

Assinado por: **Miguel Nolasco Palma**
Num. de Identificação: 11726739
Data: 2026.03.24 09:11:55+00'00'

DFK & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(SROC n.º 149, registada na CMVM com o n.º 20161460)
representada por Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798 registado na CMVM com o n.º 20161639)

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A ATIVIDADE FISCALIZADORA E PARECER DO FISCAL ÚNICO

À Assembleia Geral da Novacâmbios – Instituição de Pagamento, S.A.

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Em cumprimento do mandato que nos foi conferido e nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos Estatutos da Sociedade, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida, bem como o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas do Período e a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentados pelo Órgão de Gestão da **Novacâmbios – Instituição de Pagamento, S.A.** (doravante "a Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os documentos de prestação de contas apresentados são da responsabilidade do Órgão de Gestão, competindo-nos expressar uma opinião sobre os mesmos baseada no trabalho realizado.

2. RELATÓRIO SOBRE A ATIVIDADE FISCALIZADORA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhámos a atividade da Entidade, a evolução dos seus negócios e a regularidade dos seus registos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequadas face, nomeadamente, à sua dimensão e complexidade. O nosso trabalho foi orientado pelo cumprimento das funções que a lei e os estatutos nos cometem, nomeadamente o dever de vigilância previsto no artigo 420.º-A do CSC.

No âmbito da nossa ação fiscalizadora, efetuámos as seguintes diligências principais:

- **Acompanhamento da Gestão:** Mantivemos contactos regulares com o Órgão de Gestão e com os serviços da Entidade para obter informações sobre a evolução da atividade, a situação financeira, os riscos de negócio e as perspetivas futuras.
- **Verificação da Regularidade Contabilística:** Procedemos à verificação, por amostragem e com a profundidade adequada, da regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 420.º do CSC.
- **Cumprimento das Obrigações Legais e Fiscais:** Monitorizámos o cumprimento da lei e do contrato e o cumprimento das obrigações declarativas e de pagamento perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

- **Análise das Demonstrações Financeiras:** Examinámos as Demonstrações Financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2025, verificando a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites aplicáveis à Entidade.

Situações Relevantes e Irregularidades Detetadas

No decurso da nossa ação fiscalizadora, não identificámos qualquer irregularidade.

3. PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DO PERÍODO

3.1. Sobre as Contas e a Informação Financeira

No âmbito das nossas funções de Revisão Legal das Contas, emitimos, em documento autónomo datado de 24 de março de 2026, a **Certificação Legal das Contas (CLC)** sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025, a qual foi emitida na modalidade de opinião não modificada (sem reservas).

O conteúdo da Certificação Legal das Contas deve ser considerado, pelos Senhores Acionistas, como fazendo parte integrante deste Relatório e Parecer para efeitos de apreciação da situação financeira da Entidade.

Entendemos que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa, em conformidade com o referencial contabilístico aplicável em Portugal.

3.2. Sobre o Relatório de Gestão

Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Órgão de Gestão. Consideramos que o mesmo satisfaz os requisitos legais e estatutários quanto à forma e conteúdo, descrevendo a evolução dos negócios e a situação da Entidade de modo concordante com as demonstrações financeiras apresentadas.

4. PARECER SOBRE A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Órgão de Gestão incluiu no seu Relatório de Gestão uma proposta de aplicação de resultados.

Face ao conteúdo da proposta, manifestamos a nossa concordância relativamente à Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Órgão de Gestão.

5. DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Em cumprimento do disposto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e das recomendações aplicáveis, declaramos que mantivemos total independência face à Entidade, aos seus órgãos sociais e acionistas, não existindo quaisquer situações de incompatibilidade, prestação de serviços proibidos ou conflitos de interesses que pudessem afetar a nossa isenção e objetividade na emissão do presente parecer.

6. CONCLUSÃO E PARECER FINAL

Com base nas verificações efetuadas, somos de parecer que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas do Período de 2025 sejam aprovados, em conformidade com o descrito nos pontos 3.1 e 3.2;
2. A Proposta de Aplicação dos Resultados seja aprovada, em conformidade com descrito no ponto 4;

Manifestamos o nosso apreço pela colaboração prestada pelo Órgão de Gestão e pelos serviços da Sociedade.

Miraflores, 24 de março de 2026

Assinado por: **Miguel Nolasco Palma**
Num. de Identificação: 11726739
Data: 2026.03.24 10:26:44+00'00'

DFK & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(SROC n.º 149, registada na CMVM com o n.º 20161460)
representada por Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798 registado na CMVM com o n.º 20161639)